

Coluna do Castello

Os militares assimilam decisão

Não há sintomas — antes pelo contrário — de que as Forças Armadas estejam preocupadas com as decisões da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte. A comissão teve, segundo observam militares da cadeia de comandos, os cuidados naturais para com as Forças Armadas, evitando medidas traumáticas, como, por exemplo, a aprovação da anistia nos termos pretendidos por reformados da Marinha, ainda que sua atitude tenha provocado constrangimentos e desafios ao prevenido líder Mário Covas.



Não falta quem atribua ao senador José Richa, aliás, o conselho aos seus colegas para votar da maneira como votaram a proposta de anistia, por ser das que mais sensibilizam os militares. Esse teria sido um preço mínimo para preparar o terreno para a tranqüila aceitação da redução do mandato presidencial e outras medidas aprovadas pela comissão.

Os chefes militares estão convencidos de que as "demasias" do texto serão corrigidas pelo plenário. De qualquer forma, acentuam que não ha ninguém no país mais interessado na consolidação da democracia do que as Forças Armadas. Por isso mesmo não têm dúvida de que os constituintes saberão reconhecer que os limites que definem o comportamento militar estão na preservação de interesses nacionais, que não seriam afetados por radicalismos de grupos.

O governo mostra-se normalmente sensível a esses "interesses nacionais", nem sempre definidos a contento por correntes políticas que alimentam desconfiança quanto aos rumos da democratização com receio de que erros de interpretação gerem equívocos inarredáveis à conclusão do processo de democratização. Os militares estão confiantes, contudo, em que as lideranças saberão conduzir com acerto e segurança as diversas facções de modo a preservar o essencial a manter o respeito das Forças Armadas ao processo em vias de conclusão.

Em suma, o problema do mandato do sr. José Sarney resolveu-se sem alterar a posição dos comandos militares.